



CIEA7 #18:

VIDAS TRANSNACIONAIS: ÁFRICA/PENÍNSULA IBÉRICA.

Manuela Borges<sup>©</sup>

cabuca@yahoo.com.br

**Migrações e Género:**

## Acerca das migrações guineenses em Portugal

*Defende-se ser necessário nos estudos sobre migrações, minorias étnicas e etnicidade não esquecer que os migrantes, por definição, são referenciados a duas sociedades, dois espaços, duas culturas no mínimo, e não só a uma, pois geralmente nos estudos sobre as migrações, a sociedade de origem é esquecida ou analisada sumariamente, focalizando-se os estudos em referência à sociedade de acolhimento. Assim a migração é representada como homogénea e indiferenciada e não se consideram as relações que se estabelecem com diferentes espaços e sociedades numa perspectiva de conexões transnacionais, nem se analisa as diferenciações transversais como as étnicas, de classe ou de género. A partir de dados documentais e empíricos sobre os fluxos migratórios Guiné-Bissau-Portugal, pretende-se contribuir para a produção científica ainda reduzida do estudo das mulheres na migração transnacional e das suas implicações, particularmente na perspectiva das intersecções complexas entre etnicidade, classe e género.*

Migração transnacional, Género, Portugal, Guiné-Bissau.

---

<sup>©</sup> Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) Lisboa, Portugal.

## INTRODUÇÃO

Neste trabalho utilizamos o conceito de migração porquanto denota, simultaneamente, os factos de imigração e emigração, traduzindo o fenómeno biunívoco de referenciação a duas sociedades, dois espaços e duas culturas, no mínimo, e não só a uma. Um emigrante é necessariamente, ao mesmo tempo, um imigrante e vice-versa. Ligado com a migração utilizamos o termo género<sup>1</sup>, que é analisado como um princípio classificatório que atravessa o movimento migratório e que, juntamente com outras categorias como classe, geração e etnia, configura as oportunidades de mulheres e homens migrantes. Empregamos ainda o conceito de minoria étnica, para dar conta do facto de que, os movimentos migratórios da década de 70, com origem nas ex-colónias portuguesas, trouxeram a entrada de indivíduos de origem e nascimento em África, mas com a nacionalidade portuguesa, e de que parte da população estrangeira, que integrou os primeiros fluxos imigratórios ter, entretanto, acedido à nacionalidade portuguesa. Em consequência, o conceito de comunidade étnica evidencia que a população de migrantes guineenses, inclui cidadãos e estrangeiros, isto é, compreende indivíduos portugueses originários da Guiné-Bissau, pessoas de nacionalidade guineense residentes em Portugal, e de guineenses de nacionalidade portuguesa ou portugueses de origem guineense<sup>2</sup>. Assim, conforme afirma Maria do Céu Esteves, «(...) a população imigrante e a população estrangeira residente em Portugal são dois conjuntos que não se sobrepõem»<sup>3</sup>

Por fim, referimo-nos ao fenómeno que tem sido nomeado como «feminização da migração», para ponderar a crescente visibilidade das mulheres nas deslocações internacionais das populações, assim como as mudanças qualitativas das motivações, meios e formas da migração feminina, as especificidades das suas vivências enquanto migrantes, e também o potencial papel das mulheres migrantes para o desenvolvimento, quer do país de origem, como do país de acolhimento<sup>4</sup>.

Durante muito tempo, as teorias das migrações internacionais elidiram o género, em parte porque se enfatizou as causas das migrações internacionais em detrimento das questões de quem emigra, mas de facto, as migrações têm impactos

---

<sup>1</sup> O género pode ser definido como um conjunto de identidades, comportamentos e relações de poder construídos socialmente de acordo com as diferenças biológicas de sexo. Isto significa que o conteúdo do género, o que constitui os ideais, expectativas e comportamentos ou expressões de masculinidade ou feminilidade variam consoante as diferentes sociedades, e não são imutáveis, mas continuamente construídos e reconstruídos ao longo do tempo.

<sup>2</sup> O mesmo se pode afirmar em relação aos descendentes de migrantes uma vez que parte dos filhos e filhas dos migrantes nasceu igualmente fora de Portugal.

<sup>3</sup> Esteves, 1991

<sup>4</sup> Portugal não escapou a esta «feminização da migração» e tem crescido o número de imigrantes mulheres, assim como a sua participação no mercado de trabalho.

diferentes nos homens e nas mulheres, e em diferentes grupos de homens e de mulheres, nos seus processos de deslocação. As experiências de homens e mulheres, enquanto migrantes diferem em grande medida, em consequência dos papéis, comportamentos, e relações de género, que a sociedade sanciona e espera dos homens e mulheres, tanto no país de origem como no país de destino. Não obstante, há que sublinhar que as mulheres não constituem um grupo homogéneo, e uma perspectiva de género tem de levar em conta outras relações de poder, como a classe social, a etnicidade, o estatuto de cidadania, entre outras, que se intersectam, em resultado do que o impacto do género pode variar, e mesmo ser contraditório, em diferentes grupos de mulheres.

As relações, papéis e hierarquias de género, influenciam o processo migratório, e produzem diferentes efeitos nos homens e mulheres, desde a decisão de quem migra, nas formas como essas movimentações se realizam, nas vivências dos migrantes no país de acolhimento, e nos futuros resultados para as mulheres e homens migrantes e suas famílias<sup>5</sup>. A partir da constatação do crescimento da componente feminina no total de estrangeiros residentes em Portugal<sup>6</sup>, o objectivo deste estudo, é o de contribuir para a compreensão da especificidade da componente feminina do fenómeno migratório em Portugal, a partir do estudo de caso das mulheres com origem na Guiné-Bissau residentes em Portugal, na perspectiva das intersecções complexas entre etnicidade, classe, estatuto de cidadania e género<sup>7</sup>.

## DA GUINÉ-BISSAU A PORTUGAL. PERCURSOS MIGRATÓRIOS TRANSNACIONAIS

Em Portugal, depois de muitos séculos de emigração, 1974 foi um ano charneira na mudança dos padrões migratórios, em resultado da conjunção de várias circunstâncias: diminuição da emigração até meados da década de 80, retorno de emigrantes até à década de 90, repatriamento dos portugueses refugiados das ex-colónias, e do crescimento dos fluxos migratórios<sup>8</sup>, principalmente provenientes dos países ex-colónias portuguesas que, com excepção de Timor e Macau, se situavam todas na África Subsariana.

Desde então regista-se uma evolução positiva e sustentada do universo de estrangeiros residentes em Portugal. Este facto deverá justificar-se por uma série de

---

<sup>5</sup> Boyd, 2003

<sup>6</sup> Peixoto et al, 2006;Valente et al, 2004

<sup>7</sup> Morokvasic, 1993:465

<sup>8</sup> Pires, 2003

factores, desde a mudança interna e o processo de descolonização, ocorridos com a revolução do 25 de Abril, prosseguindo com o processo de instauração da democracia e a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986, e a crescente procura de trabalho nos anos 80 e 90<sup>9</sup>. No início da década de 80, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (doravante referido como SEF), regista um «(...) aumento exponencial e atípico do número de estrangeiros residentes em Portugal (...)» e «Os anos 90 caracterizam-se pela consolidação e crescimento da população estrangeira residente, com destaque para as comunidades oriundas dos países africanos de expressão portuguesa e do Brasil»<sup>10</sup>.

A chegada significativa de guineenses a Portugal, começa após 1974, subsequente à independência, que levou ao abandono da Guiné-Bissau da totalidade da população de ascendência europeia<sup>11</sup> entre 1974 e 1975, bem como de largo número de guineenses de raiz africana<sup>12</sup>. Já a migração de guineenses por motivações socioeconómicas, adquiriu expressão no início dos anos 80, e incrementa-se após 1984, quando termina o regime de Luís Cabral e se inicia um novo posicionamento do país no contexto internacional, com a introdução de medidas económicas e políticas liberalizadoras<sup>13</sup> que resultaram na desestruturação e desagregação do Estado, em parte como consequência da aplicação dos Programas de Ajustamento Estrutural, levando ao agravamento da situação de pobreza generalizada do país, e tornando ainda mais precárias as condições de exercício da cidadania<sup>14</sup>. As sucessivas crises sociais, e o conflito armado (1998) que ocorreram em seguida, deterioraram ainda mais as escassas infra-estruturas, e as condições económicas, sociais e políticas, motivando um crescimento regular da emigração guineense desde então.

---

<sup>9</sup> Morokvasic, 1993:465

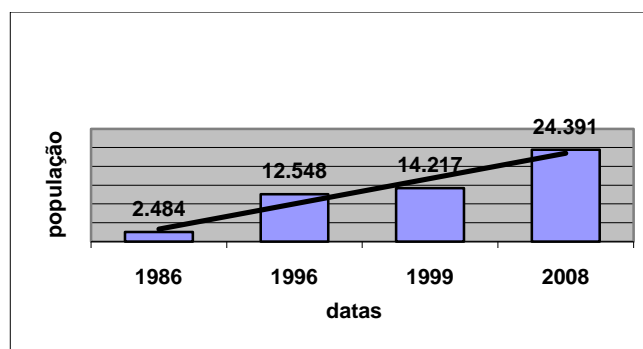
<sup>10</sup> Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2009:14-15

<sup>11</sup> Esta comunidade luso-guineense, os então chamados «retornados», sendo portadora de nacionalidade portuguesa não conta para as estatísticas de imigração.

<sup>12</sup> Rocha-Trindade, 2001

<sup>13</sup> Machado, 2002; Quintino, 2004

<sup>14</sup> Cardoso, 2004



**Gráfico 1:** Evolução da população guineense residente em Portugal.

Fonte: anos 1986 a 1996 Machado, 1988:16; anos de 1999 a 2005 Estatísticas SEF (Portal SEF); anos 2006 a 2008 Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Relatórios de Imigração Fronteiras e Asilo 2008, 2007, 2006.

Neste contexto, a intensidade da imigração guineense para Portugal é patente no rápido crescimento do número de residentes em Portugal que, segundo dados do SEF, transita de 2.484 indivíduos em 1986, para um efectivo de 12.548 em 1996<sup>15</sup>, isto é, quintuplica numa década. Embora em 1996 tenha tido lugar o segundo processo de legalização extraordinária de imigrantes (Lei nº 17/96), Fernando Machado estima que, além destes imigrantes legalizados, que são contabilizados nas estatísticas oficiais, contando com os que residem em Portugal sem autorização, e aqueles que por outras razões não entram nas estatísticas do SEF, incluindo os imigrantes de nacionalidade e os só de origem, existiriam, em 1996, um mínimo de 22 000 a 23 000 residentes guineenses em Portugal<sup>16</sup>. O crescimento posterior da comunidade guineense residente em Portugal evoluirá de forma positiva e consistente ao longo do tempo. Assim, os guineenses residentes em Portugal, contabilizados pelo SEF<sup>17</sup>, passam de 14.217 em 1999<sup>18</sup> para 24.391 em 2008<sup>19</sup>. No entanto, estes números de imigrantes guineenses devem aumentar consideravelmente, se lhes juntarmos o contingente daqueles que continuam a não entrar nas estatísticas oficiais, e se tivermos em conta que, segundo as estimativas de Fernando Machado, o total dos imigrantes guineenses, era já de cerca de 22.000 a 23000 efectivos em 1996.

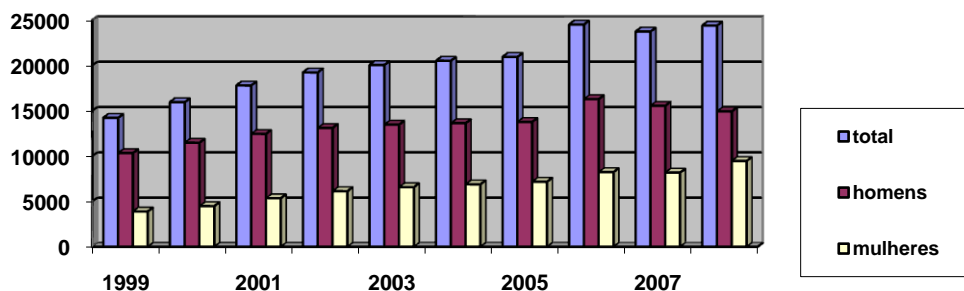
<sup>15</sup> Machado, 1998:16

<sup>16</sup> Machado, 1998:16-17

<sup>17</sup> Aproveitamos o ensejo para sublinhar que as informações estatísticas constantes nos relatórios e nos dados estatísticos disponíveis do SEF, por nós consultadas, nem sempre coincidem ou são coerentes, o que tem a ver com as evoluções na metodologia de apuramento dos dados pelo SEF, e também com as alterações legislativas referentes à imigração que se repercutem nos dados estatísticos.

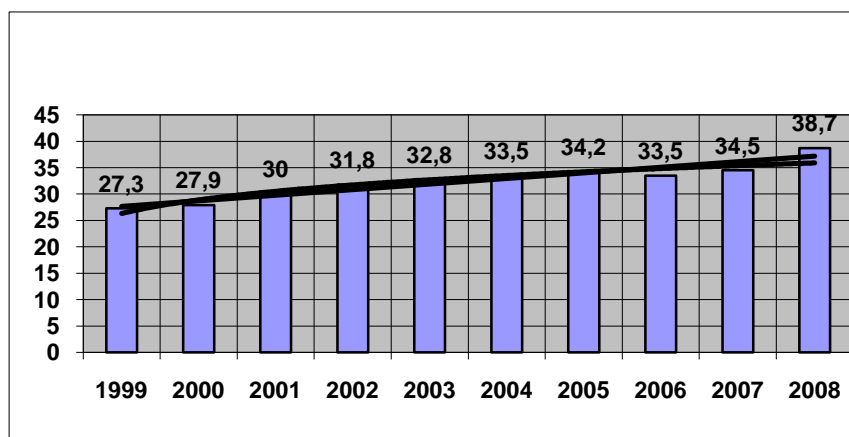
<sup>18</sup> Portal SEF

<sup>19</sup> Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2009:28



**Gráfico 2:** Evolução dos guineenses legalmente residentes em Portugal, por sexo.  
 Fonte: anos de 1999 a 2005 Estatísticas SEF (Portal SEF); anos 2006 a 2008 Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Relatórios de Imigração Fronteiras e Asilo 2008, 2007, 2006.

Se discriminarmos estas estatísticas segundo o género, as mulheres com 3.883 efectivos em 1999<sup>20</sup> representam cerca de 27 % do total desta comunidade étnica, crescendo o seu peso relativamente aos homens em 2008, quando se registam oficialmente um total de 9.463 mulheres<sup>21</sup> representando quase 39% do universo dos guineenses residentes legalmente em Portugal nessa data. Entre 1999 e 2008, isto é em 9 anos, o número absoluto de mulheres guineenses a residir legalmente em Portugal mais que duplica.



**Gráfico 3:** Evolução percentual das mulheres na população Guineense residente legalmente em Portugal.

Fonte: anos de 1999 a 2005 Estatísticas SEF (Portal SEF); anos 2006 a 2008 SEF Relatórios de Migração, Fronteiras e Asilo, 2006, 2007, 2008.

<sup>20</sup> Portal SEF

<sup>21</sup> Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2009:29

Este crescimento relativo das mulheres na comunidade guineense residente em Portugal, é congruente com as tendências globais de feminização das migrações. Além disso, esta evolução positiva da feminização da migração guineense, poderá estar subavaliada, o que se poderá justificar pelo facto dos primeiros fluxos migratórios serem integrados em grande medida pela população masculina, sendo mais recente o fenómeno da migração das mulheres, em resultado do que poderá haver um número significativo de mulheres que ainda não estão documentadas, facto que é agravado devido á predominância das mulheres no mercado de trabalho informal, que não lhes faculta o acesso a contratos de trabalho e comprovativos de contribuições para a segurança social, documentos que são necessários para regularizarem a sua permanência em Portugal, pelo que são excluídas das estatísticas oficiais, em maior medida que os homens.

Aos factores que motivam a emigração da população guineense juntam-se os factores de atracção por Portugal como destino imigratório, que se inserem no quadro do fenómeno que tem sido designado por sistema migratório oeste-africano, segundo o qual as ligações históricas e o domínio da língua, faz com que cabo-verdianos e guineenses se dirijam preferencialmente para Portugal, tal como os emigrantes da Costa do Marfim, Benim, Mali e Togo demandem a França, e os da Nigéria e da Serra Leoa rumem em direcção ao Reino Unido. Estas migrações da África Ocidental, por sua vez, inserem-se no quadro mais amplo das crescentes deslocações das populações da África Subsariana para o hemisfério norte, onde têm como destino os países ricos. A amplitude deste fenómeno justifica o conceito de «novas diásporas<sup>22</sup> africanas»<sup>23</sup>, proposto por Khalid Koser<sup>24</sup>, para dar conta da actual concepção destas migrações como novas formas sociais, caracterizadas por relações sociais específicas, e novas estratégias políticas e económicas, constituindo um fenómeno multi-local, e de construção e reconstrução, significação e re-significação cultural, que interage com a globalização<sup>25</sup>. As diásporas geralmente constituem um exemplo de comunidades transnacionais, baseadas na solidariedade, e na partilha de valores e símbolos, expressas em alguma forma de identidade colectiva, que se baseia em representações colectivas e ligações simbólicas, como a religião, a nacionalidade ou a etnicidade. Deste modo, o termo diáspora refere-se aos migrantes, descendentes destes e indivíduos envolvidos em fluxos migratórios, com ligações transnacionais.

---

<sup>22</sup> O termo diáspora, para além da sua origem grega, e ligação á dispersão forçada do povo judeu no mundo antigo, é cada vez mais generalizado na bibliografia internacional actual, sobretudo, quando se trata das migrações internacionais, das mobilidades humanas e da cooperação e desenvolvimento entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento.

<sup>23</sup> Os migrantes e refugiados actuais constituem esta «nova diáspora» por oposição à «diáspora histórica» africana (Zezeza, 2003), que se refere à emigração forçada de africanos durante o tráfico de escravos.

<sup>24</sup> Koser, 2003

<sup>25</sup> Koser, 2003:9

Pelos seus efeitos, a diáspora não só alude à ligação ao espaço de origem, mas também aos espaços de acolhimento, através da consolidação de redes de indivíduos e de identidades específicas, partilhadas por uma comunidade de migrantes e seus descendentes.

Neste contexto da diáspora guineense, Portugal, em meados dos anos 80 e 90 do século passado, como país de imigração significativa de guineenses, não é a sua primeira experiência de migração europeia. Manjacos e Mancanhas, etnias que se concentram junto da fronteira com o Senegal têm uma tradição de emigração através de Dacar para França<sup>26</sup> Existe igualmente uma histórica experiência de migrações internacionais na sub-região da África Ocidental, dada a interdependência económica entre os países que a compõem. Tradicionalmente estes migrantes vêm a sub-região como uma unidade económica na qual fluxos de populações, bens e serviços se movem livremente. Nos anos 50 do século XX, António Carreira e Teixeira da Mota assinalaram a antiguidade da emigração de Manjacos e Mancanhas da zona do Cacheu para Casamansa no Senegal, que se intensificou nos anos 20 do século passado e, entre 1948 e 1950, há registos oficiais da saída, sobretudo para o Senegal e a Gâmbia, de cerca de 5000 Manjacos por ano, valor que pecaria por defeito<sup>27</sup>. Segundo o Human Development Report de 2009 65% da emigração guineense tem ainda actualmente por destino outros países africanos.

Na perspectiva de género é importante sublinhar a existência de um *habitus* histórico de migrações predominantemente femininas, com fins comerciais, na sub-região da África Ocidental<sup>28</sup> que se tornaram mais amplas recentemente: «women migrants are increasingly drawn to the wage labour market (both formal and informal) as a survival strategy to ament meagre family income. Among the educated emigration of unaccompanied married females has blossomed, this being a particular and recent phenomenon in the sub-region's migratory scene traditional male-dominated short-to-long distance migratory streams in West Africa are increaseling feminised. Independent women migration has become a major survival strategy in response to deepening poverty in the sub-region. The phenomenon of females migrating independently, even internationally, enables them to fulfil their economic needs rather than simply joining their husbands. Some professional women are emigration from Nigeria, Senegal and Ghana leaving husbands behind to cater for their children. This development is a turn-around in traditional sexes roles»<sup>29</sup>.

---

<sup>26</sup> Galli e Jones, 1987; Hochet, 1983

<sup>27</sup> Carreira e Meireles, 1959 Teixeira da Mota, 1951

<sup>28</sup> Aderanti, 2005:3

<sup>29</sup> Aderanti, 2005



Deste modo, a vinda para Portugal é, muitas vezes, precedida da passagem por outros países e outras experiências migratórias. Há, nestes casos, um circuito migratório mais amplo de que Portugal é, porventura o país mais significativo, mas nem sempre o primeiro, nem por vezes o último, dos percursos migratórios. Uma pequena percentagem veio para Portugal através de um país que não a Guiné-Bissau, e outros já tinham residido noutro país estrangeiro. Além da experiência noutros países Africanos, com destaque para o Senegal ou a vizinha Gâmbia, um número considerável tem percursos migratórios que incluem outros países da União Europeia, nomeadamente a França, Luxemburgo, Alemanha, Espanha e Itália, e em alguns casos, vêm daí directamente para Portugal. Nas entrevistas feitas a imigrantes guineenses a residir em Portugal, a maioria indicou ter pelo menos um familiar a residir noutro país de emigração. Outro percurso migratório é o daqueles que residiram nos países do leste europeu, onde iam realizar estudos através de bolsas. Alguns vieram directamente para Portugal, mas a maioria regressou primeiro à Guiné-Bissau e posteriormente viajou para Portugal.

Através destes percursos migratórios múltiplos, e das ligações entre comunidades imigradas em diferentes países, a migração guineense pode, potencialmente, estruturar-se em redes de relações sociais entre países diferentes, onde residem migrantes da mesma origem, em resultado do que se pode constituir uma comunidade transnacional, que liga espaços geográficos distantes entre si. Castles descreve as comunidades transnacionais como «grupos baseados em dois ou mais países, envolvidos em actividades transfronteiriças significativas, recorrentes e duradouras, que podem ser de natureza económica, política, social ou cultural»<sup>30</sup>. Este fenómeno do transnacionalismo migrante é actualmente mais significativo com os recursos postos à sua disposição pelas novas tecnologias na área dos transportes e das comunicações que vieram facilitar enormemente a comunicação rápida através das fronteiras nacionais e a grandes distâncias, e este facto é responsável, em grande medida, pela densidade e complexidade atingidas pelo transnacionalismo migrante contemporâneo.

## DA GUINÉ-BISSAU A PORTUGAL. QUEM EMIGRA

Os motivos invocados na entrada em Portugal são vários, desde a imigração laboral, ao reagrupamento familiar, passando pela realização de estudos, estágios, missões oficiais, e mesmo para tratamento médico ou visitas de turismo. Os entraves

---

<sup>30</sup> Castles, 2005:80

na obtenção de papéis de emigração legais, levam muitos a invocarem motivos que lhes permitam entrar em Portugal, para aí se fixarem como imigrantes clandestinos, numa primeira fase. Iguamente a entrada em Portugal é por vezes um meio para re-emigrar para outros países europeus, onde o mercado de trabalho seja mais auspicioso e com melhores salários.

As camadas da população guineense que emigra para Portugal podem caracterizar-se dizendo que actualmente a migração Guiné-Bissau-Portugal é, em grande medida, uma migração Bissau-Lisboa, onde se concentra a maioria dos migrantes guineenses<sup>31</sup>.

De facto, os migrantes distinguem-se por pertencerem aos sectores mais modernos da sociedade guineense, ou seja, às zonas urbanas, particularmente Bissau, a capital do país, e às camadas mais escolarizadas e bem colocadas profissionalmente da população guineense. Se antes eram as populações rurais, hoje são as camadas médias urbanas, mais que as camponesas ou os sectores envolvidos na economia informal, que sofrem directamente os efeitos da progressiva degradação da economia guineense. Além disso, entre esta classe média urbana a motivação para a emigração é simultaneamente o resultado da degradação do seu estatuto socioeconómico e do facto de que, sendo portadoras de melhor formação educativa e maiores expectativas de mutabilidade social, cultural e política, mais se sentem frustradas nas suas esperanças de vida. Este facto relaciona-se, deste modo, com outros motivos de emigração além dos motivos laborais, nomeadamente motivos de dimensão social e cultural, na medida em que são informados por lógicas de modernização ou seja, por exemplo, visam buscar também o acesso a bens da modernidade<sup>32</sup>, ou o acesso ao usufruto dos direitos e deveres de cidadania que na Guiné-Bissau é precária e incompleta<sup>33</sup>.

Não obstante, os motivos económicos são preponderantes para estes migrantes provenientes das camadas mais favorecidas da população guineense. Na Guiné-Bissau o mercado de trabalho não absorve a população escolarizada, enquanto que os que já têm emprego vêm o seu estatuto socioeconómico desvalorizar-se drasticamente até à pauperização, devido ao aprofundamento da crise socioeconómica e política. É neste contexto que a emigração surge como alternativa, e é este facto que faz com que se encontrem entre os imigrantes guineenses em Portugal numerosos jovens com o ensino secundário completo ou diplomas

---

<sup>31</sup> Quanto à distribuição espacial a comunidade guineense concentra-se predominantemente na zona litoral do país, com destaque significativo de Lisboa, seguida de Faro e Setúbal, coincidindo com as áreas onde se concentra parte significativa da actividade económica do país, e reproduzindo a distribuição assimétrica da própria população portuguesa (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2009:24).

<sup>32</sup> Sayad, 1977, 1999

<sup>33</sup> Cardoso, 2004

universitários<sup>34</sup>. Além destes factores há que lembrar que a emigração pressupõe que, aos motivos para emigrar, se juntem os recursos para o poder fazer, o que os desempregados urbanos e ainda mais a grande massa de camponeses não possui: capital económico para a passagem de avião e primeiras despesas em Portugal, e capital social (quando não também económico), que facilite nos meandros da administração pública guineense e da embaixada portuguesa, a obtenção da documentação necessária, nomeadamente passaporte e visto. É pois a classe média, escolarizada e urbanizada, mais em contacto com a cultura ocidental, que engrossa crescentemente as fileiras dos potenciais emigrantes. Para estes migrantes Portugal é tanto mais atractivo quanto as afinidades culturais e linguísticas com Portugal estão mais presentes nestes sectores urbanos e mais escolarizados da população guineense<sup>35</sup>. Ora o domínio da cultura e língua portuguesas é instrumental para o êxito da inserção profissional e social dos imigrantes, pelo que têm potencialmente melhores condições de integração na sociedade portuguesa<sup>36</sup>.

Outro factor que contribui para a preferência de Portugal como país de imigração, é a existência prévia de grupos de imigrantes guineenses residentes já há alguns anos em Portugal, e em contacto com a Guiné-Bissau, sobretudo através de ligações familiares, que facilita a formação de redes sociais de apoio e acolhimento aos novos migrantes.

Se os potenciais imigrantes em Portugal constituem um grupo específico não representativo da sociedade guineense, seja em termos de origem de classe, zona de residência, escolaridade ou condição socioprofissional, também a pertença étnica não reflecte, em termos proporcionais, a composição étnica da Guiné-Bissau. Uma vez que os migrantes provêm essencialmente de Bissau, os Papeis, que se concentram na zona de Bissau, e os Mancanhas e Manjacos, que além de residirem também muitos deles em Bissau antes da vinda, têm uma tradição de décadas de emigração intercontinental, nomeadamente para França, através do vizinho Senegal, são as etnias mais representadas na população imigrante em Portugal.

Por fim, a composição segundo os géneros não é proporcional à da sociedade guineense, uma vez que os homens estão sobre-representados entre a comunidade

---

<sup>34</sup> Machado, 2002:82

<sup>35</sup> Além da língua da comunicação, o crioulo, são estas camadas que melhor dominam o português, que embora língua oficial, é pouco falado pela maioria da população guineense.

<sup>36</sup> Apesar desta nova vaga de migrantes de áreas urbanas, a migração proveniente das zonas rurais continua a ser importante quantitativa e qualitativamente, e tem especificidades significativas: muitas das famílias dos homens emigrantes ficam na terra sob a tutela da família patriarcal, regressam frequentemente à terra de origem, sendo assíduos participantes dos rituais religiosos e sociais, geridos pelos mais velhos, que se mantêm na terra, enviam dinheiro, roupas, bens, especialmente electrónicos, para as suas famílias e, através do associativismo, desenvolvem acções de melhoria das condições de vida nas suas aldeias, contribuindo para o desenvolvimento local.

imigrante em Portugal, pese embora a crescente feminização da migração. Se inicialmente as mulheres migravam por decisão dos maridos, ou para fins de reagrupamento familiar, numa fase em que o marido, o primeiro a emigrar, já tinha ultrapassado as dificuldades de estabelecimento no país de acolhimento, esta situação tem vindo a mudar. Desde as últimas décadas do século XX, há cada vez mais mulheres migrantes desligadas de vínculos familiares, solteiras, divorciadas, separadas ou viúvas<sup>37</sup>, a empreender movimentos migratórios autónomos, principalmente com destino aos países do sul da Europa<sup>38</sup>.

Por outro lado, significativamente, se globalmente os imigrantes não reflectem a composição da sociedade guineense, destacando-se por emanarem das camadas mais favorecidas, entre eles são as mulheres que se distinguem por posições socioeconómicas e culturais mais elevadas. Assim sendo, o género repercute-se igualmente nas características socioeconómicas e culturais dos mais recentes migrantes, constatando-se que as mulheres provêm em maior proporção de áreas urbanas, são mais escolarizadas, descendem de famílias de origem social mais elevada e, tendencialmente mais interétnicas, do que os homens<sup>39</sup>. Consequentemente, as mulheres, globalmente, caracterizam-se por um perfil ainda mais contrastante, que o dos homens, por referência às características gerais da sociedade guineense, provindo das camadas mais elevadas. Em síntese, as mulheres guineenses residentes em Portugal, possuem um estatuto social, educacional e mesmo económico superior ao nível médio dos homens. Deste modo, a emigração é mais selectiva, em termos de capital escolar e social, no caso das mulheres, talvez porque, conforme sugere Fernando Machado, tenham de ter mais competências e recursos para compensar a sua condição de subordinação de género, na sua própria sociedade<sup>40</sup>, e talvez também porque o género interfere igualmente ao nível do apoio familiar à migração dos seus membros. Na decisão de migrar a família tem um papel importante e neste apoio familiar está presente o factor género e o papel da mulher na família, uma vez que, no processo de tomada da decisão de emigrar, a família pode seleccionar as mulheres, na expectativa de elas venham a beneficiar a sua família mais que os homens, enviando uma maior percentagem dos seus rendimentos em remessas, em detrimento dos seus próprios projectos de vida e bem-estar. Deste modo, as relações e hierarquias de género no contexto da família, afectam a migração das mulheres. A família, simultaneamente, define e prescreve os papéis das mulheres, que determinam as suas motivações e incentivos para migrar, e controlam a

---

<sup>37</sup> Há mais mulheres com o estatuto civil de divórcio, separação, viuvez relativamente aos homens

<sup>38</sup> Ghatatak e Showstak, 2001

<sup>39</sup> Machado, 1998:32; Machado, 2002

<sup>40</sup> Machado, 2002

distribuição dos recursos e informação, que podem suportar ou desencorajar as migrações das mulheres<sup>41</sup>. Os motivos de tomar a decisão de emigrar são também, por sua vez, afectados pelas diferenças de género. Se o principal motivo para homens e mulheres migrarem é económico, no caso das mulheres existem outros motivos relacionados com o género que podem levar à resolução de emigrar. As mulheres podem emigrar com o objectivo de fugir a um casamento infeliz, ou a um marido violento, para procurar novas oportunidades de relacionamentos, ou para viverem independentes de um parceiro. Assegurar uma melhor vida aos filhos e família, também pesa relativamente mais, na decisão de emigrar das mulheres em relação aos homens. Noutras palavras, a variável do género é um factor determinante logo na primeira etapa previa à migração, dado que a cultura da sociedade do país de origem condiciona as probabilidades das mulheres, em diferentes situações, para migrar. Neste sentido, a posição da mulher na comunidade e família de origem, não só influencia a sua oportunidade de migrar, quando a decisão é tomada, como a sua capacidade de decidir migrar autonomamente, e o acesso aos recursos necessários para o fazer.

## MULHERES MIGRANTES EM PORTUGAL: DAS EXPECTATIVAS À REALIDADE

Entre os migrantes guineenses residentes em Portugal, a maioria é masculina, mas assiste-se a uma lenta mas regular tendência de crescimento do grupo das mulheres. Apesar de serem a minoria, são elas que mais facilmente encontram trabalho em Portugal. De facto existe uma demanda de mão-de-obra especificamente feminina. As mudanças no papel das mulheres nas sociedades do hemisfério norte, nomeadamente, nas estruturas familiares, o aumento do divórcio, a queda da taxa de natalidade, o envelhecimento da população, e o aumento das mulheres activas no mercado laboral, estão na base de grande parte da feminização da migração internacional<sup>42</sup>. Estas mudanças nas sociedades industriais criaram postos de trabalho na área das tarefas domésticas e cuidados familiares com os mais novos e os mais velhos da família, trabalhos que são ocupados pelas mulheres migrantes, substituindo as mulheres do país de acolhimento, que cada vez mais trabalham fora de casa. A variável de género explica neste caso porque predominam as mulheres em

---

<sup>41</sup> Boyd, 2003

<sup>42</sup> Segundo Mirjana Morokvasic, a incorporação das mulheres migrantes à força de trabalho nos países industrializados tem sido vista no contexto da crise mundial, contexto esse marcado por uma progressiva desindustrialização e por um mercado de trabalho sexualmente segregado. Em geral essas mulheres inserem-se no sector dos serviços domésticos e utilizam-se de redes sociais informais, os chamados nichos étnicos de imigrantes, trabalhando como donas de casa ou empregadas domésticas (Morokvasic, 1984).

determinados nichos de mercado de trabalho e não noutros. Em resultado, as mulheres reproduzem os estereótipos das suas funções na esfera doméstica/privada no mercado de trabalho, e das suas funções de reprodução, junto das crianças do país de acolhimento, a quem prestam cuidados e educação no horário de trabalho das mães, e na sua própria comunidade onde desempenham funções de reprodução biológica<sup>43</sup>, mas também social e cultural.

Esta condição laboral das mulheres imigrantes não corresponde, a maior parte das vezes, às expectativas no momento da decisão de emigrar. Os postos de trabalho a que têm acesso são maioritariamente como trabalhadores por conta de outrem, nos sectores mais desqualificados, precários e muitas vezes informais, do mercado de trabalho. As mulheres imigrantes encontram empregos nas actividades domésticas e na indústria das limpezas, e outras profissões na base da hierarquia laboral. Trabalham muitas vezes em regime temporário e horário parcial<sup>44</sup> e informalmente, o que as torna potencialmente mais vítimas de discriminações e racismo, e não lhes dá direitos iguais aos dos trabalhadores legalizados, em termos de horários, salários, férias pagas ou acesso aos serviços da segurança social e previdência do país de acolhimento. Mesmo as mulheres mais qualificadas, educacional e profissionalmente, enfrentam grandes obstáculos em acederem a empregos compatíveis com as suas competências, mais bem pagos e socialmente de maior estatuto. Muitas são impelidas para o mercado de trabalho dos sectores mais desqualificados e de baixo estatuto. Esta inserção desvantajosa das mulheres imigrantes guineenses no mercado de trabalho é resultado da intersecção entre a pertença étnica, o género, o estatuto de cidadania e a classe, que colocam estas mulheres numa complexa teia de discriminações<sup>45</sup>, que têm de ser analisadas a partir da articulação entre as relações de poder, as pertenças étnicas, de classe, e de género, e os preconceitos xenófobos<sup>46</sup>.

Uma outra consequência de um número significativo de mulheres guineenses imigrantes trabalharem no sector informal e estarem muitas vezes indocumentadas, é a de se depararem com dificuldades acrescidas para se legalizarem e nacionalizarem, pois a legalização passa pela apresentação de um contrato de trabalho válido, e pela prova de pagamento dos impostos e da segurança social<sup>47</sup>.

Relacionado com as dificuldades das mulheres no acesso à legalização da permanência ou da residência, e à obtenção da nacionalidade, existe uma outra

---

<sup>43</sup> As mulheres imigrantes têm taxas de fertilidade superiores às das mulheres nacionais.

<sup>44</sup> 2/3 dos trabalhadores em emprego temporário ou parcial são mulheres ( Ghatak e Showstack, 2001).

<sup>45</sup> Catarino e Oso, 2000

<sup>46</sup> Por desconhecimento, muitos dos nacionais do país de acolhimento, reagem com ansiedade à presença de estrangeiros, minorias étnicas e raciais, elaborando estereótipos derogatórios, e representações xenófobas dos migrantes africanos em particular

<sup>47</sup> Ficam pois numa situação mais precária que os homens que mais facilmente obtêm trabalho legalizado na construção civil, obras públicas e transportes.

discriminação de género: os maiores obstáculos que as mulheres enfrentam no usufruto dos direitos de cidadania, isto é, da participação activa na sociedade e, conseqüentemente no acesso aos direitos económicos e sociais, como o direito à protecção social, á saúde ou à educação, enquanto cidadão de plenos direitos. Esta exclusão das mulheres da cidadania, que resulta de uma má integração social é, mais uma vez, consequência de um conjunto de representações e práticas em que se misturam género, etnicidade, raça e classe, e situação perante o Estado.

Deste modo, na sociedade de acolhimento, a experiência migrante não é, com frequência, recompensadora para as mulheres. O seu enquadramento no mercado informal, e em actividades sem perspectiva de mobilidade hierárquica, assim como as dificuldades em se legalizarem e nacionalizarem, são alguns dos factores que frustram as expectativas depois da chegada, quando se vêm reproduzindo as situações precárias em que se encontravam no país de origem, e expostas a uma tripla vulnerabilidade, como imigrantes, muitas ilegais, e por causa do seu género e etnia.

No entanto, as mulheres guineenses têm uma tradição de luta pela melhoria das condições e estatuto pessoal e dos filhos, e não se assumem apenas como vítimas, desenvolvendo estratégias de resistência, nomeadamente através do activismo associativo, seja nas associações formais ou informais, e através de redes de entreajuda. Preservar e transmitir a cultura de origem e defender e promover a integração social dos seus membros são as principais funções das associações de guineenses formais e legalmente estabelecidas. As mulheres encontram igualmente nestas organizações os serviços sociais que o estado não lhes providência, nomeadamente creches, actividades de tempos livres para as crianças, formação profissional e outras actividades para os jovens, além de constituírem espaços de sociabilidade e de organização das festividades anuais das suas comunidades. Algumas organizações associativas providenciam apoio financeiro em situações de crise, ou para o retorno à terra de origem para cumprir rituais religiosos, particularmente os rituais funerários que, pelas suas características, encontram muitas restrições à sua realização em Portugal (por exemplo na realização dos sacrifícios de animais ou na aquisição e enterro de panos artesanais tradicionais<sup>48</sup>).

Nas associações formais e institucionalizadas de imigrantes guineenses o factor género, discrimina as mulheres, uma vez que os homens ocupam em larga maioria os cargos de direcção. Uma característica das associações de imigrantes guineenses é a de manterem contactos regulares com associações congéneres noutros países, nomeadamente em França, Luxemburgo, Espanha e Senegal e com

---

<sup>48</sup> Domingues 1996 ; Domingues, 2000

organizações locais no seu país de origem. Estabelecem-se assim ligações transnacionais que resultam no reforço de uma comunidade transnacional guineense.

Além destas, coexistem as associações informais entre as mulheres migrantes, que reproduzem o activismo associativo das mulheres em África<sup>49</sup>. Uma das organizações mais populares são os grupos de *abota*, que são muito frequentes entre as mulheres em Bissau na Guiné-Bissau. As *abotas* são associações de poupança e crédito rotativas<sup>50</sup>. As somas entregues, rotativamente, a cada um dos participantes, dependem do montante empregue à partida, multiplicado pelo número das pessoas envolvidas. Estas *abotas* providenciam uma grande quantidade de dinheiro mesmo às mulheres que não têm rendimentos regulares. O dinheiro da poupança, recebido, pode ser utilizado, por exemplo, para realizar funerais, baptizados e casamentos, ou poupado para projectos a longo prazo, como a compra de bens electrónicos, para enviar dinheiro para os familiares que ficaram na terra de origem, para começar um pequeno negócio, ou para planejar uma viagem à terra de origem, além disso é uma ocasião de falarem a língua materna e recriarem um certo ambiente africano.

## GÉNERO, MIGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Um dos resultados das migrações é a constituição de ligações familiares transnacionais, de que são exemplo as remessas dos membros da família do país de imigração para o país de emigração.... As remessas das mulheres, mais frequentes e regulares que as dos homens, fornecem o capital necessário para as despesas com a subsistência de muitas famílias, para a educação e saúde dos filhos e parentes, constituindo um sistema de bem estar face às lacunas e carências dos sistemas públicos de protecção social que, como acontece na Guiné-Bissau, estão muito degradados. Igualmente essas remessas podem permitir também que outras mulheres na Guiné-Bissau possam iniciar pequenos negócios, frequentemente informais, que lhes asseguram as despesas pessoais e com a família. Deste modo, as mulheres contribuem de forma decisiva para o desenvolvimento das suas comunidades de origem.

Por outro lado, os migrantes são agentes preferenciais no que se designa por co-desenvolvimento, que se caracteriza pela ideia de que os migrantes, pela sua ligação à terra natal e por compreenderem melhor as necessidades das comunidades de origem, contribuem decisivamente para o êxito dos projectos de melhoria das condições de vida nos países de origem, seja através da transferência de recursos

---

<sup>49</sup> Domingues, 2000: 257-335; Borges, 2010:291-296

<sup>50</sup> Ardener 1964, 1995, Borges, 2005, Domingues, 2000:285-289



financeiros, seja através da transferência de conhecimento. Além de contribuírem para o bem-estar das populações dos países de origem, porquanto enviam dinheiro para os familiares, também contribuem para o desenvolvimento da terra natal, através da participação em associações que estabelecem ligações transnacionais, que visam principalmente a colaboração em projectos de desenvolvimento na Guiné-Bissau. Planeiam e implementam, infra-estruturas como o acesso a água potável, a construção e manutenção de escolas ou postos médicos, entre outras, contribuindo para a melhoria das condições de vida na Guiné-Bissau.

Uma característica do contributo das mulheres para o desenvolvimento através destas associações de migrantes e minorias étnicas, é a de optarem por uma acção focalizada em objectivos práticos, como a necessidade de educação das crianças ou a criação de creches para poderem libertar tempo para trabalhar fora de casa na sociedade de acolhimento, ou no caso da cooperação com as terras de origem, priorizarem, por exemplo, projectos de acesso á água potável na sua comunidade, mais do que fins globais, como a igualdade de género. Esta prioridade de desenvolverem objectivos práticos torna exequíveis os projectos, e contribui indirectamente para os fins globais da igualdade de género, na medida em que permite novas oportunidades às mulheres, facilitando-lhes as tarefas tradicionalmente da sua responsabilidade, libertando tempo para outros fins.

Os imigrantes são ainda agentes do desenvolvimento de Portugal, na medida em que contribuem para alterar positivamente as receitas do estado, (em 2002 foram responsáveis por uma quota de 5% para o Valor Acrescentado Bruto (VAB) nacional e tiveram um saldo positivo na sua contribuição para as contas do Estado de 243 milhões de euros<sup>51</sup>); concorrem para o aumento da taxa de natalidade e para o rejuvenescimento da população, e concorrem para o crescimento da taxa de população activa portuguesa. Além disso, os migrantes se forem qualificados e integrados em funções correspondentes às suas capacidades constituirão mais-valias, e se forem pouco qualificados poderão responder à escassez de trabalhadores para as funções que os nacionais rejeitam e, particularmente as mulheres, asseguram os serviços sociais que não são satisfeitos pelo estado providência, nem pelas famílias, como os cuidado das crianças e dos idosos

Os benefícios da migração são reconhecidos oficialmente pelo estado português: «Portugal beneficiou nas últimas décadas desta presença de imigrantes

---

<sup>51</sup> Marques, Rui, s/d

que contribuíram significativamente para o processo de desenvolvimento acelerado que o nosso País viveu.»<sup>52</sup>

Além destas vantagens, a imigração colaborou para criar em Portugal uma sociedade mais cosmopolita e multi-cultural, o que também é um contributo para o desenvolvimento pois que a «diversidade cultural é uma das fontes de desenvolvimento, entendido não só como crescimento económico, mas também como meio de acesso a uma existência intelectual, afectiva, moral e espiritual satisfatória»<sup>53</sup>

## NOTAS FINAIS

Embora sempre tivessem ocorrido movimentos migratórios, a migração contemporânea tem maior relevo e características específicas devido aos processos de globalização das últimas décadas. Stephan Castles<sup>54</sup> afirma que em resultado da globalização ocorreu uma transformação das práticas materiais e culturais associadas às migrações, formaram-se novas comunidades transnacionais de identidades múltiplas e constituíram-se «cidadanias mescladas». Uma das transformações resultantes dos processos de globalização foi a feminização das migrações<sup>55</sup>. As mulheres migrantes contribuem de forma decisiva para o desenvolvimento dos países de origem e dos de acolhimento. Em ambos contribuem para o bem-estar das populações e criação de riqueza. No entanto, é de realçar que, apesar de Portugal ter um dos modelos mais favoráveis nas políticas de imigração e integração dos países europeus, ainda apresenta obstáculos na vida quotidiana ao usufruto pleno da cidadania, particularmente em relação às mulheres, que são discriminadas com base na etnia, no género e enquanto migrantes.

## BIBLIOGRAFIA

- Aderanti, Adepoju, *Migration in West Africa*. A Paper Prepared for the Policy Analysis and Programme of the Global Commission on International Migration (GCIM), 2005. Disponível em <url: <http://www.GCIM.org/attachements/R58.pdf>> (Consult. 1 Novembro 2009)
- Ardener, Shirley « The Comparative Study of Rotating Credit Associations» *Journal of the Anthropological Institute*, vol94, nº2, 1964: 201-228
- Ardener, Shirley e. Burman (eds) *Money-go-Rounds. The importance of Rotating Savings and Credit Associations for Women*, Oxford e Washington DC, Berg, 1995
- Borges, Manuela «Associativismo feminino no Atlântico Lusófono: Bissau (África e Cachoeira (Brasil))» in Havik, Philip, Saraiva, Clara e Tavim, José (Orgs) *Caminhos Cruzados em*

---

<sup>52</sup> Marques, Rui, s/d

<sup>53</sup> Art. 3º da Declaração Universal da Diversidade Cultural. (UNESCO, 2001)

<sup>54</sup> Castles, 2005

<sup>55</sup> Papastergiadis, 2000, p. 86

- História e Antropologia. Ensaio em Homenagem a Jill Dias*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2010: 291-308
- Borges, Manuela. «Women in Africa: Informal Dynamics of Socialization, Education, Reproduction and Cultural Innovation» *Educação em Questão*, v. 22, n. 8, jan./abr. 2005:5-33
- Boyd, Monica *Women and Migration: Incorporating Gender into International Migration Theory*, 2003 Disponível em <<http://www.migrationinformation.org/Feature/display.cfm?id=106>> (Consult. 22 Maio 2010)
- Cardoso, Carlos «A Diáspora Africana no Contexto da Globalização: Entre a Integração Social e a Cidadania Política» Paper apresentado ao Congr s Internacional d'Estudis Africans. *IV Congr s d'Estudis Africans del Mín Ib ric. África Camina*, Generalitat de Catalunya e LISA, Barcelona de 12 a 15 Gener 2004 Disponível em <<http://www.didinho.org/cardoso.pdf>> (Consult. 16 Junho 2010)
- Carreira, Ant nio e Meireles, A. Martins «Notas sobre os Movimentos Migratórios da Popula o Natural da Guiné Portuguesa» *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, vol. 14, n 53, 1959: 7-21
- Castles, Stephan, *Globaliza o, Transnacionalismo e novos Fluxos Migratórios: dos trabalhadores convidados às migra es Globais*, Lisboa, Fim de Século, 2005
- Catarino, Christine e Oso, Laura. «La Inmigraci n Femenina en Madrid y Lisboa: hacia una etnizaci n del servicio doméstico y de las empresas de limpieza» *Papers*, n 60, 2000:183-207
- Domingues, Maria Manuela Abreu Borges. *Estratégias femininas entre as badeiras de Bissau* (disserta o de doutoramento em Antropologia Social e Cultural pela Universidade Nova de Lisboa: 2000 Disponível em <<http://purl.pt/5467> <http://purl.pt/index/geral/aut/PT/1016406.html>> (Consult. 2 Maio 2010)
- Domingues, Manuela 1996 «Mana ka bu Kai: da importância dos panos nas rela es de género em meio urbano (Bissau) In Exposi o *Panos de Cabo-Verde e Guiné-Bissau*. Museu Nacional de Etnologia. Instituto Português de Museus
- Esteves, Maria do Céu. *Portugal País de Imigra o*, Lisboa, Instituto de Estudos Para o Desenvolvi-mento, 1991
- Galli, Rosemary e Jones, Joselyn , *Guinea-Bissau. Politics, Economics and Society*. Londres, Frances Pinter Publishers, 1987
- Ghatak, Subrata e Showstack Anne (eds) *Migration and Mobility, The European Context*. New York, Palgrave, 2001
- Hochet Anne-Marie *Paysanneries en Attente, Guiné-Bissau e Dacar*, Environnement Africain, 1983
- Koser, Khalib (ed). *New African Diasporas*, London, Routledge, 2003
- Machado, Fernando. *Contrastes e Continuidades. Migra o, Etnicidade e Integra o dos Guineenses em Portugal*, Oeiras Celta Editora, 2002
- Machado, Fernando. «Da Guine-Bissau a Portugal: Luso-Guineenses e Imigrantes». *Sociologia Problemas e Práticas*, n  26, 1998: 9-56
- Marques, Rui. *As grandes linhas da política de acolhimento e integra o de imigrantes em Portugal*. Presidência do Conselho de Ministros, Alto Comissariado para a Imigra o e Minorias étnicas, s/d, Disponível em <[http://web.ccdr-alg.pt/sids/indweb/imagens/docs\\_extra/Grandes%20linhas%20da%20pol%C3%ADtica%20de%20acolhimento%20e%20integra%C3%A7%C3%A3o.pdf](http://web.ccdr-alg.pt/sids/indweb/imagens/docs_extra/Grandes%20linhas%20da%20pol%C3%ADtica%20de%20acolhimento%20e%20integra%C3%A7%C3%A3o.pdf)> (Consult. 1 Maio 2010)
- Morokvasic, Mirjana «“in and out” of the labour market: immigrant and minority women in Europe» *New Community*, vol 19 n 3, 1993: 459-483
- Morokvasic, Mirjana «Birds of Passage are also Women» *International Migration Review*, vol.8,  4, 1984: 886-907
- Papastergiadis, Nikos, *The Turbulence of Migration: Globalization and Hybridity*. Cambridge, Polity Press, 2000
- Portal SEF (em linha) disponível em <[http://www.sef.pt/portal/v10/PT/asp/estatisticas/index.aspx?id\\_linha=4224&menu\\_position=4142#0](http://www.sef.pt/portal/v10/PT/asp/estatisticas/index.aspx?id_linha=4224&menu_position=4142#0)>; (Consult. 21 Maio 2010)
- Quintino, Celeste, *Migra es e Etnicidade em terrenos Portugueses: Estratégias de Inven o de uma Comunidade*, Lisboa, Universidade Tecnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2004
- Rocha-Trindade. Maria Beatriz «História da imigra o em Portugal (II)» *Janus*, 2001, Disponível em <[http://www.janusonline.pt/docs2001/artigo\\_janus2001\\_3\\_3\\_3.doc](http://www.janusonline.pt/docs2001/artigo_janus2001_3_3_3.doc)>; <[http://www.janusonline.pt/2001/2001\\_3\\_3\\_3.html](http://www.janusonline.pt/2001/2001_3_3_3.html)> (Consult. 22 Maio 2010)

- Sayad, A. *La Double Absence. Des Illusions de L'Émigré aux Souffrances de L'Immigré*, Paris, Seuil, 1999
- Sayad, A. «Les Trois 'Âges' de L'Émigration», *Actes de la Recherche*, n.º 15, Paris, 1977: 59-79
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. *Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo 2008*, Lisboa, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2009 Disponível em <<http://www.sef.pt/documentos/59/RIFA%202008%20III.pdf#1>> (Consult. 18 Maio 2010)
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. *Relatório de Actividades. Imigração Fronteiras e Asilo 2008*, Lisboa, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2007
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. *Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo 2008*, Lisboa, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2006
- Teixeira da Mota, Avelino «Notas sobre o Povoamento Indígena da Guiné Portuguesa» *Boletim Cultural da Guiné-Portuguesa*, vol6, nº 23, 1951: 657 e 690
- Zezeza, P. 2003 «The Academic diaspora and knowledge in and on Africa: What Roles for CODESRIA» Comunicação apresentada na Conferencia sobre intelectuais, nacionalismos e pan-africanismo, Dakar 10-12 Dezembro 2003